

O crime ambiental de Mariana: omissão e conivência da mídia brasileira

Ângela Carrato*
Geraldo Elísio**
Sofia M. C. Diniz***

Resumo

O objetivo deste artigo, produzido pelo grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão “Estação Liberdade”, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi realizar uma análise do que foi publicado (e como foi publicado) sobre o crime ambiental e humano em Mariana (MG), em veículos da mídia tradicional regional e nacional. Este estudo foi feito com base no quadro teórico da análise do discurso e do cruzamento de dados relativos à história do setor minerário em Minas Gerais. Como resultado, verificou-se a existência de uma cobertura falha e que primou por silenciar os interesses da cidadania em prol dos interesses empresariais e políticos.

Palavras-chave: Barragem de Fundão. Crime. Mídia. Silenciamento.

The environmental crime of Mariana: omission and connivance of the Brazilian media

Abstract

The research presented herein has been developed by the Research Group “Estação Liberdade”, from the Federal University of Minas Gerais (UFMG). It is aimed to analyzing the publications, in the traditional Brazilian media, – both at regional and national levels –, regarding the human and environmental crime in Mariana, state of Minas Gerais, Brazil. This study was based on the framework of analysis of the discourse and historical data of the mining sector in Minas Gerais. As a result, it was observed a biased coverage targeted at silencing citizenship, favoring specific businesses and political interests.

Keywords: Fundão tailing dam. Environmental crime. Mass media. Silencing.

Recebido: 28/02/2018

Aceito: 14/05/2018

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre (1996) e Doutora (2013) em Comunicação pela UnB.

** Jornalista e escritor. Autor de diversos livros, entre eles **Baú de repórter**, **Toada de asfalto** e **Diálogo com ratos**. Prêmio Esso Regional de Jornalismo (1977).

*** Professora titular do DEEs-UFMG. PhD em Engenharia Civil/Estruturas pela University of Colorado-Boulder. Fellow do American Concrete Institute, Chair do TG1-Life-cycle Performance of Civil Engineering Systems under Uncertainties-American Society of Civil Engineers.

Introdução

Após dois anos do rompimento da barragem de rejeitos minerais no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, maior crime ambiental da história brasileira e o pior do mundo no gênero, nenhuma empresa ou qualquer de seus funcionários foi responsabilizado. O processo contra as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton e a empresa de consultoria VogBr foi suspenso por decisão do juiz federal Jacques de Queiroz Ferreira, da cidade de Ponte Nova (MG), e praticamente foi anulado.

A planilha “Tailings Dam Failures 1915-2018”, que compila dados dos rompimentos de barragens de rejeitos mundiais para o período, descreve o rompimento da barragem de Fundão com o maior código de severidade e o maior índice de magnitude (41,53) de toda a lista. É importante ressaltar que os índices de magnitude para o segundo e terceiro colocados são 19,42 e 18,31 (rompimentos ocorridos na Itália e China, respectivamente).¹

Em qualquer país democrático, uma decisão, como a do juiz Jacques de Queiroz Ferreira, já citada, tomada em meados de julho de 2017, mas noticiada apenas em 7 de agosto, renderia manchetes na grande mídia e enorme repercussão junto à opinião pública. Além da importância da mineração para a pauta de exportação brasileira,² foram 19 mortos, um desaparecido, um distrito arrasado, mais de 40 outros atingidos e uma destruição que envolveu toda a bacia do Rio Doce, percorrendo cerca de 680 km até a sua foz em Linhares (ES), causando os mais diversos e intensos danos ambientais e sociais pelo caminho. No entanto, o assunto mereceu apenas breves registros em um ou outro veículo de comunicação, especialmente se for considerado que as alegações da defesa da Samarco eram as menos consistentes possíveis.³ Em que pese a existência de provas mais do que suficientes para as mineradoras serem responsabilizadas, o referido juiz entendeu que a alegação da defesa, quanto a usar conversas telefônicas gravadas fora do período determinado pela Justiça, procedia.

Essa realidade desnuda a diferença entre a atuação da mídia aqui e em países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Embora a função da mídia seja informar e esclarecer a opinião pública, isso está longe de acontecer no Brasil, onde a chamada mídia tradicional, cada vez mais, se omite, desinforma ou assume o papel de porta-voz dos interesses dominantes, sejam eles nacionais ou internacionais.⁴

O objetivo deste artigo, produzido pelo grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão “Estação Liberdade”, da UFMG, que tem na questão da Mídia e do Meio Ambiente um de seus eixos de atuação, realizou através da análise do discurso e do cruzamento de dados relativos à história do setor minerário em Minas Gerais, um mapeamento do que foi e como foi publicado sobre o crime ambiental e humano em Mariana em veículos da mídia tradicional. Foram avaliados quatro jornais diários (**O Globo**, **Folha de S. Paulo**, **Estado de Minas** e **Hoje em Dia**), duas emissoras de TV (Globo e Record) e duas de rádio (CBN e BandNews). A opção por incluir dois jornais situados em Minas Gerais visou a observar se uma maior proximidade física implicaria ação diferenciada por parte da mídia regional, como postula a técnica jornalística. Igualmente foram acompanhados os *sites* CGN, Conversa Afiada e O Cafezinho, que integram a chamada nova mídia ou mídia digital, por veicularem notícias que não apareceram na mídia tradicional.

1 Planilha disponível em: <http://www.csp2.org/tsf-failures-1915-2018>. Acesso em: 3 jul. 2018.

2 Em 2015, por exemplo, as vendas externas de minério representaram 11,7% do comércio total do Brasil com o exterior. Só o minério de ferro foi responsável por 7,4% da receita das exportações, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa o setor.

3 O juiz levou em conta apenas o pedido feito pelo advogado do diretor-presidente licenciado da Samarco, Ricardo Vescovi, e do diretor-geral de operações da empresa, Kleber Terra, que alegou que escutas telefônicas usadas no processo foram feitas de forma ilícita. A quebra do sigilo telefônico teria ultrapassado o período judicialmente autorizado, e essas conversas, uma vez analisadas pela Polícia Federal, foram usadas pelo Ministério Público Federal (MPF) na denúncia. Detalhe: as conversas em questão em nada acrescentam ao teor das provas e evidências obtidas.

4 Para um aprofundamento sobre o assunto, ver: CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

A pesquisa teve início na semana seguinte ao rompimento da barragem de Fundão, quando as notícias publicadas se mostravam claramente insuficientes para se entender a extensão e a gravidade do que havia acontecido. Apesar de a pesquisa ter inicialmente uma duração prevista de dois anos, é consenso entre os integrantes do grupo “Estação Liberdade” que ela deve continuar até que o assunto tenha um desfecho.⁵

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, é mostrado como a mídia foi pega de “surpresa” com o rompimento da barragem de Fundão, apesar de dados e relatórios disponíveis há vários anos alertarem para essa possibilidade.⁶ Na segunda parte, o acompanhamento das notícias e reportagens veiculadas nos primeiros 12 meses após o rompimento da barragem indica um propósito quase deliberado de confundir a opinião pública, transformando um crime ambiental em “acidente”, “desastre” ou mesmo “tragédia”.

Na terceira parte, que cobre os últimos 10 meses, é enfatizado como as informações sobre o processo envolvendo o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências praticamente desapareceram da mídia tradicional pesquisada, num indício da falta de importância que jornais, emissoras de rádio e televisão passaram a conferir ao assunto. Esse desaparecimento ou silenciamento é uma das principais armas de que tem se valido a mídia tradicional no Brasil para jogar no esquecimento episódios que, por razões diversas, são considerados inconvenientes.

A título de conclusão, a pesquisa, que leva em conta resultados parciais obtidos até o momento, aponta para o fato de que a mídia tradicional brasileira tem sido conivente com a espoliação dos recursos minerais no país e com toda a cadeia de destruição por ela provocada.

Como a mineração está intimamente ligada à natureza, um atributo fundamental para a construção de estereótipos e estigmas sobre o Brasil e a própria América Latina, outro objetivo desta pesquisa é mostrar que, mesmo passados cinco séculos da chegada aqui dos conquistadores, a mídia continua enfatizando que as terras – mineira e brasileira – continuam abertas e à espera de serem devidamente exploradas e, quase sempre, espoliadas.

1 Surpresa no lugar da informação

O papel da mídia, seja jornal, rádio, televisão, portal, *site* ou *blog* jornalístico, é informar. É igualmente papel da mídia, através de reportagens, contextualizar os temas abordados, colocando-os em perspectiva para que possam ser melhor compreendidos. Por definição, portanto, a mídia tem sempre que andar à frente, procurando mostrar o que acontece, mas igualmente tentando alertar para problemas futuros. É assim que a mídia funciona em qualquer país democrático. É assim que ela deveria funcionar no Brasil.

Aqui, no entanto, a mídia, em diversos períodos, enfrentou censura política por parte de governos, notadamente na ditadura civil-militar (1964-1985). Censura que foi substituída, após a redemocratização do país, pela censura econômica ou empresarial. Dito de outra forma, atualmente, são os interesses dos grandes anunciantes, do “mercado”, como se convencionou chamar, e dos próprios donos das empresas de mídia que têm definido o que pode ser notícia, o que deve e como deve ser noticiado. No caso brasileiro, essa situação encontra ainda outros agravantes.

5 Por se tratar de pesquisa em andamento, o *corpus* analisado é composto por: 20 matérias da **Folha de S. Paulo**, 5 do **Estado de Minas**, 1 do **Globo**, 1 do **Estado de S. Paulo**, 4 da **BBC Brasil**, 3 do jornal **Hoje em Dia**, 3 do **The Guardian**, e vários *sites*.

6 Veja-se, por exemplo, o alerta feito na matéria “Rejeite o rejeito da Vale”, Geraldo Elísio Machado Lopes e Sofia M. C. Diniz, publicada pelo “Estação Liberdade”, em 23 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/estacaoliberalidade/posts/387861448086698>.

Ao contrário dos Estados Unidos, dos países europeus, do Japão, do Canadá e dos vizinhos latino-americanos, aqui, praticamente, não existe outro tipo de mídia que não seja a comercial,⁷ mantida pela publicidade e sem qualquer legislação que efetivamente a regule. Some-se a isso que a regulação da mídia, através da proibição da propriedade cruzada (uma empresa não pode ter mais de um veículo de comunicação na mesma localidade) e de uma série de outras leis, garante pluralidade de vozes e de pontos de vista. No Brasil, ao contrário, uma empresa, como as Organizações Globo, possui vários veículos de comunicação que atuam em todo o país, e isso é visto com absoluta naturalidade, situação que, nos Estados Unidos ou na Europa, seria inaceitável, pois configuraria propriedade cruzada e monopólio.

A título de exemplo, quando, em abril de 2010, a plataforma operada pela British Petroleum (BP) passou a vaziar, derramando no mar do Caribe, durante várias semanas, uma quantidade enorme de petróleo, o que ficou conhecido como o pior desastre ecológico da história dos Estados Unidos, a opinião pública estadunidense e mundial pôde dispor de uma pluralidade de informações capazes de lhes possibilitar formar seu próprio julgamento.

De saída, parte da mídia estadunidense possuía e/ou obteve, com rapidez, dados que desmentiram as informações da BP de que o vazamento diário seria de pouco mais de 800 mil litros de petróleo, mostrando que esse número era duas vezes maior, superando os 1,9 milhões de litros/dia. Esse acidente, que matou 11 pessoas, obrigou o governo dos Estados Unidos a revisar as políticas de energia e a regulamentação do setor petrolífero para a exploração em águas profundas.⁸ Para tanto, teve papel decisivo o trabalho de parte da mídia e de uma opinião pública bem informada e atuante.

Enquanto isso, o que se pode verificar é que a mídia brasileira foi pega de surpresa pelo rompimento da barragem de Fundão. Veículos que sempre se gabaram de fazer “jornalismo investigativo”, como a **Folha de S. Paulo**, se mostraram pouco ágeis e a reboque das versões oficiais. Apesar de os vários relatórios e estudos técnicos disponíveis há muito indicarem que essa barragem estava com sua capacidade acima do limite, nenhum veículo se interessou em apurar o assunto.

Se, por razões óbvias, não era do interesse da Samarco abordar o tema, existiam dezenas de pesquisadores independentes e estudos realizados que poderiam servir de fonte para a mídia entender como um pequeno povoado e seus habitantes foram atingidos por 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Em outras palavras, o jornalismo brasileiro, mesmo o especializado, como é o caso do jornalismo econômico, mostrou-se burocrático e incompetente em questões essenciais para a população e para o próprio mundo empresarial.

Todos os veículos analisados ficaram mal perante a parcela mais exigente da opinião pública,⁹ mas quem ficou em pior situação foi a revista **Exame**. Dedicada à economia e aos negócios, ela é patrocinadora de um prêmio anual para empresas denominado “As maiores e melhores”. A Samarco foi eleita pela revista **Exame** por cinco vezes — três vezes consecutivas nos anos

7 Nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus, existem três tipos de mídia: a comercial, a pública e a estatal. A mídia comercial privilegia o ponto de vista de seus anunciantes e proprietários, a mídia pública enfatiza o interesse do cidadão, e a estatal divulga o ponto de vista do governo. Para um aprofundamento sobre o assunto, ver: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.

8 Cf. “Consequências do vazamento de petróleo no golfo do México”, em UOL notícias, 20 nov. 2011. Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 20 set. 2017.

9 São inúmeros os autores e vertentes no que diz respeito a conceituar “opinião pública”. Há, no entanto, concordância, entre um grande número desses autores, ao considerar como a parcela mais exigente da opinião pública aquela localizada nos setores com maior escolaridade, maior renda e maior acesso a bens. Ver: FERREIRA, F. V. Raízes históricas do conceito de opinião pública na Comunicação. **Opinião Pública em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2015.

que antecederam o rompimento da barragem de Fundão — a melhor mineradora do Brasil. O prêmio sempre destacou a “total segurança com que a mineradora operava.”¹⁰ Ela só não recebeu o prêmio pela sexta vez, em 2016, porque o rompimento da barragem acabou comprometendo o seu *marketing*.

Um aspecto que a mídia nunca teve interesse em noticiar diz respeito exatamente à tão propalada segurança da operação nas mineradoras. Como ressalta a pesquisadora e professora da UFMG, Sofia Diniz, que integra o grupo “Estação Liberdade”, “falar em segurança total nesses casos, como sempre ressaltou a Samarco em seu *site* e em sua página do Facebook, não passa de sofisma. Mesmo assim e contra todas as evidências, ele continua sendo largamente disseminado”. (DINIZ, 2016, p. 109).

Ainda sobre premiações, a Samarco, agora envolvida em crime ambiental, foi eleita, em 2011, uma das três empresas mais transparentes do Brasil — e a principal entre as de capital fechado pelo Prêmio Anefac/Fipecafi/Serasa Experian. A empresa recebeu o troféu “em reconhecimento à clareza e à qualidade de seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2010” (www.anefac.com.br). Em qualquer país democrático, prêmios como esse estariam completamente desmoralizados. Aqui, no entanto, não só continuam sendo distribuídos como a mídia tradicional continua tratando empresas como Samarco, Vale e BHP Billiton como referências em gestão e segurança.

Caso a mídia brasileira quisesse cobrir a temática minerária para valer, poderia ser muito útil para a cidadania e para o país se mostrasse o que realmente se passa no setor. A presença da mineração é ostensiva, marcada na paisagem, no nome e na história de Minas Gerais. O desbravamento na região se iniciou no século XVI, com a busca dos bandeirantes por ouro e pedras preciosas. Transcorridos vários séculos, o estado continua tão dependente quanto antes do minério. Basta lembrar que cinco dias após o rompimento da barragem, quando bombeiros ainda buscavam por mortos, o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, já saía em defesa da Samarco, favorável à sua suspensão por prazo determinado, mas não à paralisação definitiva dos trabalhos de sua mina na cidade. A explicação é simples: 80% da arrecadação do município é fruto da atividade mineradora.

Caberia à mídia brasileira, por outro lado, dar destaque a aspectos pouco conhecidos pela população, envolvendo o setor minerário, como os US\$ 2 bilhões por ano que o país deixa de arrecadar devido à falta de fiscalização e controle das exportações de minério de ferro.¹¹

Não mereceu nenhum destaque, por exemplo, a matéria publicada pelo jornal **Estado de Minas**, em 27 de abril de 2017, sobre a conclusão de estudo feito pela Rede Latino-Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (LatinDadd) em parceria com o Instituto de Justiça Fiscal (IJF). Inédito, o levantamento apontou subfaturamento de US\$ 39,1 bilhões nos embarques da matéria-prima entre 2009 e 2015. A cifra representa perda média de receitas fiscais da ordem de US\$ 13,3 bilhões no mesmo período, o correspondente a cerca de R\$ 42 bilhões, quase a metade do orçamento de **Minas Gerais** para 2017. Ao contrário do que se poderia imaginar, os demais veículos de comunicação pesquisados desconheciam o assunto.

10 Segundo o *site* da revista **Exame**, “o anuário traz um *ranking* com informações completas sobre as mil maiores empresas instaladas no Brasil, divididas em 18 setores dos ramos da indústria, comércio e serviços e outros 12 segmentos do agronegócio. A análise e a tabulação dos dados que compõem a edição são realizadas, de forma independente, por uma equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), da Universidade de São Paulo. Já as melhores são escolhidas a partir do cruzamento de diversas informações, incluindo crescimento de vendas, liderança de mercado, liquidez corrente, entre outros. Para chegar aos resultados apresentados, a publicação avaliou as informações de 2014 das companhias participantes”. (**Revista Exame**, Edição Especial, 2014).

11 Para um aprofundamento sobre o assunto, ver “A desigualdade que nos une”, relatório da ONG inglesa, sem fins lucrativos, Oxfam 2017. O relatório está disponível em: www.oxfam.org.br.

2 Nem desastre nem acidente nem tragédia

A análise da cobertura realizada pelos quatro jornais pesquisados aponta para o fato de que, superado o impacto inicial, desde as primeiras horas após o rompimento da barragem de Fundão, a mídia buscou minimizar a responsabilidade da Samarco, além de ocultar a participação de suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton, no episódio. A Samarco pertence à Vale, que, até 1998, chamava-se Companhia Vale do Rio Doce, a qual foi privatizada de forma criminosa no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o argumento de que era deficitária e de que a iniciativa privada seria mais competente para tocar o empreendimento.¹² No momento em que os veículos de mídia pesquisados estão alinhados ao governo federal no que se refere ao apoio a novas privatizações, a pior coisa que poderia acontecer-lhes era um episódio como o rompimento da barragem de Fundão e nas circunstâncias em que se deu.

Antes mesmo de que o rompimento tivesse qualquer explicação técnica, não apenas esses jornais, mas também emissoras de rádio e TV passaram a tratá-lo como “acidente”, “desastre” ou “tragédia”. Tais veículos assim se mantiveram mesmo depois que laudos indicaram que a barragem de rejeitos estava com sua capacidade muito acima do aceitável, tinha problemas técnicos, o que demonstrava total descaso da Samarco para com essas condições.

Quanto à mineradora anglo-australiana BHP Billiton, ela é a gigante mundial do setor. Some-se a isso que, em se tratando da Vale, ela é uma das principais anunciantes da mídia brasileira, o que aumenta em muito o seu poder de pressão, especialmente num momento de crise econômica. É importante observar, ainda, que, para angariar simpatias dos anunciantes em tempos de vacas magras, essa mídia deliberadamente evita pautas “negativas”.¹³ Talvez isso explique o fato de a mídia não ter dado o devido destaque para as condições de operação na barragem de Fundão, com a inexistência de planos de contingência. Nem uma sirene, equipamento básico de segurança, havia sido instalada para alertar os funcionários e moradores de Bento Rodrigues sobre possíveis riscos e problemas. O simples toque dessa sirene poderia ter salvado muitas vidas.

Ao mesmo tempo em que Vale e BHP Billiton tentavam concentrar na Samarco a responsabilidade pelo crime ambiental e humano praticado por elas, a assessoria de comunicação da Samarco passou a desempenhar papel-chave na tentativa de construir, junto à opinião pública, uma narrativa que lhes fosse mais conveniente.

Antes de se completarem três meses do rompimento da barragem, já começava a distribuição para as redações, em Minas e no Brasil, de kits contendo informações e explicações “técnicas” sobre o “acidente”.¹⁴ A título de facilitar a tarefa dos jornalistas, a Samarco tratava de emplacar a sua versão. Funcionou. Apesar de todas as evidências contrárias àquelas empresas, somente os *sites* CGN, Conversa Afiada e O Cafezinho continuaram denominando o episódio de “crime”.

Em sinal de protesto, foi criado, pouco depois, em fevereiro de 2016, o jornal **A Sirene**, produzido pelos próprios atingidos e mantido através de acordo entre eles, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 de cada mês (data que marca o rompimento da barragem), é lançada uma nova edição. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias

12 “Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes...” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/.../venda-da-vale-completa-20-anos-e-foi-um-dos-ma...> 6 maio 2017. Acesso em: 7 mai. 2017. Não custa recordar que a Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale) foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época.

13 Por pautas negativas entendem-se aquelas capazes de levantar problemas ou apresentar quaisquer dificuldades ou aspectos delicados para empresas, governos, entidades ou cidadãos.

14 Essa informação nos foi repassada por dois jornalistas diretamente envolvidos com essa cobertura, um de rádio e outro de televisão. Como os kits eram personalizados, os informantes pediram sigilo, temendo represálias por parte das empresas em que atuam.

sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos. Entre outras ações detectadas, estava também a da área de Relações Públicas da Samarco, que passou a atuar diretamente junto aos atingidos, tentando convencê-los de que aguardar pelas providências oficiais era o melhor caminho.

Ao contrário da mídia tradicional, que passou a dar destaque apenas para a perda de receita da região e o risco do desemprego generalizado com a suspensão das atividades da Samarco, **A Sirene** tem mostrado o outro lado: o preconceito vivido por atingidos que decidiram clamar por seus direitos e a realidade de Mariana, uma cidade dividida pelos rumos da mineração.

Diferentemente dos veículos da mídia tradicional pesquisados, o jornal **A Sirene** trata o episódio do rompimento da barragem de Fundão como crime. Posturas tão diferentes não acontecem por acaso. Como se sabe, essas denominações envolvem significados diversos com igualmente diversos desdobramentos no que se refere à esfera penal e à reparação dos danos. De acordo com o **Dicionário Aurélio**, as definições das quatro palavras usadas para se referir ao ocorrido são as seguintes:

- Acidente: acontecimento casual, fortuito, *inesperado*; ocorrência; qualquer acontecimento, desagradável ou infeliz, que envolva dano, perda, *sofrimento* ou morte;
- Crime: transgressão imputável da lei penal por dolo ou culpa, ação ou omissão; delito;
- Desastre: evento, acontecimento que causa *sofrimento* e grande prejuízo (físico, moral, material, emocional); desgraça;
- Tragédia: ocorrência ou acontecimento funesto que desperta piedade ou horror; catástrofe, desgraça. (destaques nossos).

“Acidente” e “desastre” têm em comum a ideia do “sofrimento” e do dano ou perda e prejuízo. Entretanto, enquanto “acidente” carrega consigo o entendimento do inesperado, o “desastre” pode ser causado pela natureza ou pelo próprio ser humano. Já quanto à “tragédia”, a ênfase é colocada no ocorrido e suas consequências. De forma bastante distinta, está definido o “crime”, pois associa ao evento o dolo ou culpa por ação ou omissão e as consequentes penalidades previstas pela lei.

Um acidente ou uma tragédia são fatalidades que independem da ação/vontade das pessoas. Diante da fatalidade ou do destino, não há motivo para se falar em culpados e, menos ainda, para se indenizar ou reparar danos provocados. Ao que tudo indica, não terá sido por acaso que os quatro jornais pesquisados e também as duas emissoras de rádio e as duas de televisão optaram por referir-se ao rompimento da barragem de Fundão como “acidente” e à situação das pessoas mortas ou que perderam tudo como sendo vítimas de uma “tragédia”.

O jornal **Estado de Minas**, inclusive, publicou, em 5 de dezembro de 2015, quando o rompimento da barragem de Fundão completou um mês, um caderno especial, denominado “Vozes de Mariana”.¹⁵ Segundo o jornal, o especial reuniu “relatos de pessoas que tiveram suas vidas modificadas para sempre quando a Barragem do Fundão se rompeu”. Além de caderno especial, o trabalho dos quatro repórteres que permaneceram duas semanas na região incluiu vídeos nos quais registraram, sempre em primeira pessoa, como destaca a publicação, “histórias de medo, desespero, coragem e superação dos sobreviventes diante do *desastre*”. (Grifo nosso).

Em 10 de setembro de 2016, durante debate¹⁶ em que estavam presentes também integrantes dessa equipe do jornal **Estado de Minas**, um dos membros do grupo de pesquisa “Estação Liberdade” teve

15 A íntegra desse caderno pode ser acessada em <https://www.em.com.br/vozes-de-mariana/>.

16 O debate intitulado “Comunicação construtiva: novas narrativas em tempos difíceis” foi promovido pela rede internacional Imagens e Vozes da Esperança (IVE).

oportunidade de questionar a opção deles em adotar os termos “desastre e tragédia” em detrimento de “crime”. Como resposta, ouviu que jornalistas não devem falar em causas e nem em possíveis responsáveis sem que isso tenha sido provado. Em outras palavras, ficou patente, no mínimo, a visão burocrática desses profissionais em relação à atividade que exercem.

A título de comparação, se, na década de 1970, os repórteres do jornal estadunidense **Washington Post** tivessem ficado esperando que as autoridades investigassem e apresentassem suas conclusões ou provas sobre o arrombamento da sede do Partido Democrata para publicarem suas reportagens, o célebre Caso Watergate não teria se transformado em um dos maiores e melhores trabalhos jornalísticos de todos os tempos.

Diante de todos esses problemas verificados na cobertura do crime ambiental e humano de Mariana, ele se tornou um caso paradigmático para se entender a atuação da mídia no Brasil dos dias atuais.

3 Silenciamento

Outro aspecto a ser observado em se tratando da mídia no episódio do rompimento criminoso da barragem de Fundão é o seu silenciamento sobre aspectos que interessam à cidadania e se opõem aos interesses dos grandes grupos políticos e econômicos. O silenciamento é a outra face da teoria da *agenda setting*,¹⁷ pela qual os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. Assim, as notícias veiculadas pela mídia, se não necessariamente determinam o que as pessoas pensam sobre um assunto, são bem-sucedidas em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto, e não sobre outro.

O silenciamento sobre as causas do crime foi tamanho, que a opinião pública passou a fazer coro com a versão de “acidente”, e até parte dos atingidos também começou a repeti-la acriticamente. É aceitável se falar em acidente, quando se sabe que a Samarco e suas sócias tinham pleno conhecimento do risco que a barragem de Fundão corria e, mesmo assim, continuaram despejando rejeitos minerais no local? Especialistas e parlamentares que também dispunham dessas informações poderiam ter questionado as versões divulgadas pela mídia, mas a maioria igualmente preferiu se calar.

É digna de nota a subserviência da maioria das autoridades de praticamente todas as legendas (vereadores, prefeitos e o próprio governador de Minas Gerais) à Samarco/Vale/BHP Billiton. Caso contrário, como explicar que tenha tido enorme repercussão a possibilidade levantada pela própria Samarco de que um tremor de terra na região poderia ser o responsável pelo rompimento da barragem? Como explicar, igualmente, que o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, ao visitar a região atingida, tenha dado entrevista coletiva na sede da Samarco, quando o adequado é que atendesse à imprensa em local neutro? O que justifica que, diante de um episódio dessa magnitude, a então presidenta Dilma Rousseff tenha demorado cinco dias para sobrevoar a região atingida?

É igualmente estranho que dezenas de vereadores e prefeitos de Minas Gerais e do Espírito Santo, que teve também várias cidades atingidas, tenham se somado, a partir do início de 2017, à voz das mineradoras para que a Samarco retomasse suas atividades o mais rápido possível. Isso antes mesmo de ela ter tomado as providências necessárias em relação ao crime que praticou. Não seria mais

17 A teoria do agendamento ou *agenda setting* foi formulada pelos pesquisadores estadunidenses Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970. A teoria utiliza a ideia simbólica de agenda. Ela se preocupa com a agenda dos meios de comunicação e com a agenda da sociedade, mostrando que, cada vez mais, essas agendas não coincidem, com os meios de comunicação tentando persuadir o público com ideias e opiniões que nem sempre coincidem com os interesses mais relevantes para essas pessoas.

conveniente que esses políticos fizessem pressão para que os governos tornassem a legislação para o setor mais adequada, obrigando as mineradoras a serem transparentes e coibindo a evasão fiscal que praticam?

A tônica de praticamente todas as coberturas na grande imprensa, durante os meses seguintes ao rompimento da barragem, e de lá até os dias atuais, tem sido igual: silêncio para a negligência das mineradoras e dos governos (municipal, estadual e federal), que têm a obrigação de fiscalizar o setor. Para os veículos de mídia pesquisados, tudo não passou de um acidente, de um desastre cuja consequência, infelizmente, foi trágica para a vida de centenas de pessoas.

É importante salientar que a maioria dos parlamentares de Minas Gerais sempre teve nas mineradoras seus financiadores de campanha, e a Vale é também uma importante parceira de universidades e de instituições de pesquisa. A empresa patrocina, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, o prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade.¹⁸ Outro exemplo de como o interesse das empresas mineradoras está articulado aos interesses políticos pode ser visto na declaração do deputado federal Leonardo Quintão, presidente da comissão encarregada da elaboração do projeto do novo Código de Mineração Brasileiro. Antes de se tornar proibição legal, ele dizia não ver nenhuma incompatibilidade entre ser financiado, como era o caso dele, por essas empresas e estar à frente da comissão que iria propor mudanças na regulação para elas. É importante destacar, inclusive, que, após o golpe parlamentar-midiático-judicial de 2016, a legislação brasileira sobre financiamento de campanha retrocedeu de forma a privilegiar os candidatos ricos ou muito ricos.

É importante destacar, ainda, que veículos como a **Folha de S. Paulo** e a rádio CBN inicialmente chegaram a mostrar inconsistências dos dados apresentados pela Samarco. Mas esses mesmos veículos optaram, em seguida, por um tratamento mais discreto sobre o assunto. Tanto que o relatório do procurador-geral da República, José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) para apurar causas e responsabilidades no episódio, foi mencionado quase que *en passant* nas reportagens desses veículos. Em suas conclusões, Leite Sampaio assinala, dentre as principais causas do rompimento, “uma volúpia empresarial muito grande”, por parte da Vale.

As razões para empresas que possuem mais de um veículo de comunicação produzirem coberturas com tons diferenciados são conhecidas. A título de exemplo, enquanto o jornal **O Globo** ressaltava o lado das mineradoras, a rádio CBN, especialmente nos seus noticiários da madrugada, dava voz aos atingidos e aos críticos da forma como a mineração tem sido praticada no Brasil. O mesmo se repetiu com a BandTV e com a rádio BandNews. Já o jornal diário de distribuição gratuita **Metro** — cuja franquia brasileira pertence ao grupo Band —, em sua edição para Belo Horizonte, promoveu até um jantar beneficente com “a renda revertida para os atingidos pela tragédia”. Detalhe: os convites foram disputados entre a elite local, que queria aparecer nas páginas da publicação por seu gesto “humano” e “caridoso”.

Antes de completar um ano, o crime ambiental e humano em Mariana já tinha perdido toda a sua visibilidade. Ao completar dois anos, encontra-se completamente distante do interesse da opinião pública. Poderia ter sido diferente? Claro que sim! Os veículos de mídia pesquisados nunca demonstraram interesse em apurar o que realmente aconteceu. Da mesma forma, nunca foi interesse dessa mídia fazer um raio X desse setor no país, tendo em vista as implicações econômicas e políticas decorrentes. Daí não ser difícil explicar os motivos pelos quais a mídia internacional, especialmente a

¹⁸ O prêmio é anual e contempla dissertações e teses defendidas no período e que abordem temas ligados à sustentabilidade. As premiações contemplam os autores das pesquisas bem como seus orientadores. Mais informações podem ser obtidas no *link*: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7964-premio-vale-capes-seleciona-melhores-trabalhos-sobre-sustentabilidade-no-pais>.

TV pública inglesa British Broadcasting Corporation (BBC)¹⁹ e o *site* também inglês The Ecologist,²⁰ terem feito as coberturas mais numerosas e aprofundadas sobre o assunto.

Para quem não se recorda, o episódio em Mariana não foi o primeiro envolvendo a Samarco. Em 2014, a mineradora já havia sido acusada, junto à Vale e à ArcelorMittal, de emissão de pó preto no ar da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. O caso levou à abertura da CPI do Pó Preto, e as três empresas foram responsabilizadas pela poluição. Também não foi a primeira vez que a Samarco se viu envolvida em episódios com vítimas fatais.

Até então, o mais grave problema enfrentado pela empresa havia acontecido na Mina de Fernandinho, em Itabirito (MG), em 1986, quando morreram sete pessoas. O segundo maior foi em 2001, na barragem de Rio Verde, em Macacos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, quando o número de vítimas fatais chegou a cinco. Mesmo assim, a imprensa regional sempre evitou cobertura específica e permanente à exploração minerária.

A decisão do juiz Jacques de Queiroz Ferreira de suspender o processo, quase às vésperas de completar dois anos, desconsiderou todas as evidências até então coletadas. Levou em conta apenas o pedido feito pelo advogado do diretor-presidente licenciado da Samarco, Ricardo Vescovi, e do diretor-geral de operações da empresa, Kleber Terra, que alegou que escutas telefônicas usadas no processo foram feitas de forma ilícita. A quebra do sigilo telefônico teria ultrapassado o período judicialmente autorizado, e essas conversas, uma vez analisadas pela Polícia Federal, foram usadas pelo Ministério Público Federal (MPF) na denúncia.

De acordo com o processo, 21 pessoas são acusadas de homicídio qualificado com dolo eventual — quando se assume o risco de matar. Essas pessoas também são acusadas por crimes de inundação, desabamento, lesão corporal e crimes ambientais. A Samarco, a Vale e a BHP são acusadas por nove crimes ambientais. Já a VogBR e um engenheiro respondem pelo crime de apresentação de laudo ambiental falso.

A decisão do juiz foi recebida com indignação e revolta pelos sobreviventes do distrito de Bento Rodrigues. Essas pessoas perderam o que possuíam e até o momento não receberam qualquer indenização. Ambientalistas brasileiros e estrangeiros viram a decisão com perplexidade, cada dia mais temerosos de que o crime acabe em “pizza”.

Em outras palavras, as poucas reportagens que enfocavam a situação dos atingidos foram substituídas por notícias favoráveis aos interesses da Samarco. E a pressão pró-empresa não parou aí. Uma audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 23 de maio de 2017, a pedido do deputado Roberto Andrade (PSB), ao que tudo indica, tinha o objetivo de contribuir para a retomada dessas atividades. Tanto que, em entrevista, o parlamentar destacou que, além do dano ambiental, era preciso avaliar o prejuízo econômico e social causado pela paralisação das atividades da Samarco.

A mídia mineira cobriu e deu destaque à reunião, que foi praticamente ignorada pela mídia nacional. Igualmente, está passando quase em brancas nuvens a tramitação, no Congresso Nacional, das novas medidas para o setor de minérios no Brasil. Esse silenciamento, ao contrário do que se possa imaginar, é positivo apenas para as empresas mineradoras. Para elas, quanto mais distantes desses assuntos estiverem a opinião pública e os movimentos sociais envolvidos, como é o caso do

19 “Desastre em Mariana foi acidente ou crime?” Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_ministro_mariana_ms. Acesso em: 12 nov. 2015.

20 NAGHETTINI, Ana Luísa; LOPES, Geraldo. Disponível em: <https://theecologist.org/2015/nov/19/tailings-dam-breach-assassination-brazils-fifth-largest-river-basin>. Acesso em: 20 nov. 2015. “Vale and the Anglo-Australian BHP Billiton, near *Mariana* city, Minas Gerais state, killing 11 people. [...] To an environmental crime scene has yet to be opened up to independent examination [...]” *Sites* nacionais como o CGN, Conversa Afiada e O Cafezinho também divulgaram boas análises e artigos de especialistas sobre o tema, mas é importante ressaltar que nenhum deles dispõe de equipe de reportagem ou de apuração própria. Este, aliás, é um problema que o novo jornalismo ou jornalismo digital no Brasil enfrenta.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mais chances têm de manterem tudo como está ou mesmo ampliarem suas ações.

Só em Minas Gerais existem aproximadamente 730 barragens de resíduos, a maioria sem a devida fiscalização. É de se supor que o quadro verificado em Fundão não seja único. A própria Vale se prepara para construir, próximo a Belo Horizonte, a barragem de Maravilhas III, que, se for viabilizada, terá capacidade duas vezes maior do que a de Fundão. Deve ser destacado que a Vale teve o pedido de Licença Prévia (LP) para a construção de Maravilhas III aprovado em 28 de junho de 2016 pela URC Rio das Velhas, do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

Em 17 de novembro de 2017, a Ação Penal sobre o crime cometido pela Samarco relativo ao rompimento da barragem de Fundão voltou a tramitar na Justiça. A esperança que essa decisão provocou em todos os atingidos durou pouco. Em sua defesa, a Samarco argumentou que medidas de reparação tomadas após a “tragédia” justificam a absolvição nos crimes ambientais a que responde. Entre as medidas tomadas, a defesa da Samarco cita também o acordo que fez com a União, que não é homologado pela Justiça, e a criação da Renova, fundação bancada pela empresa e suas controladoras (Vale e BHP Billiton) para arcar com o ônus da reparação de áreas atingidas e pagamento de indenizações. Detalhe: com a fundação Renova, as três mineradoras envolvidas procuram desvincular seus nomes do crime praticado.

Ao que tudo indica, o objetivo maior da Samarco é ganhar tempo e se valer do esquecimento do assunto por parte da opinião pública. Quanto às autoridades, tanto o governo mineiro quanto o governo federal e mesmo a Prefeitura de Mariana não parecem nem um pouco dispostos a comprar briga com a Samarco em nome da justiça e da verdade dos fatos. Quanto à mídia tradicional, ela vem cumprindo com rigor o papel que lhe cabe na defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos. O crime de Mariana praticamente desapareceu do noticiário. Foi silenciado. As vítimas que sobreviveram à toda a destruição provocada pela lama padecem, agora, de um sofrimento igualmente mudo: a depressão.

Considerações finais

A mídia não pode alterar a realidade, mas pode alterar, em muito, a percepção das pessoas sobre a realidade. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, é um exemplo. Desde o início, os interesses das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton falaram mais alto e os interesses da cidadania foram silenciados. Apesar das evidências de que o rompimento aconteceu em função de negligência dessas empresas, os mais de 600 moradores de Bento Rodrigues não tiveram, até o momento, seus direitos reconhecidos, nem as famílias das 19 pessoas mortas foram indenizadas. Criar uma fundação para cuidar desses assuntos é, sem dúvida, uma forma de retardar o processo, de “empurrar com a barriga”, como se diz em linguagem popular.

Os oito veículos pesquisados jogaram o jogo dos grandes grupos empresariais e dos interesses políticos, e as ações articuladas pelos atingidos, como o jornal **A Sirene**, a cobertura feita por *sites* alternativos e pela mídia internacional não foram suficientes para alterar esse quadro. A suspensão do processo contra as mineradoras por parte da Justiça aumentou a chance de elas e de seus responsáveis saírem ilesos. Transformar um crime em acidente, desastre ou tragédia, como fez a mídia, contribui para a falta de punição.

Ao confundir a opinião pública e procurar desmobilizar os próprios atingidos, os veículos pesquisados acabaram criando versões e divisões que interessam apenas aos detentores do capital, no caso, às mineradoras e aos seus parceiros. Fatos assim devem, cada vez mais, preocupar os pesquisadores e os cidadãos brasileiros. Até porque a transparência da informação é pressuposto para uma sociedade democrática e uma das garantias para se combater crimes e violações de direitos de quaisquer espécies.

Exatamente por isso é preciso apontar a corresponsabilidade da mídia nesse processo. Corresponsabilidade que pode propiciar que crimes iguais ou piores voltem a acontecer.

Referências

CARRATO, Ângela; FRANCISCO, Dalmir. (Org.). **Mídia, docência e cidadania**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru: Edusc, 1997.

DINIZ, Sofia M. C. Samarco: dos dias de glória ao banco dos réus. In: CARRATO, Ângela; FRANCISCO, Dalmir. (Org.). **Mídia, docência e cidadania**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 99-119.

FERREIRA, F. V. Raízes históricas do conceito de opinião pública na Comunicação. **Opinião Pública em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2015.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

Consequências do vazamento de petróleo no golfo do México. UOL notícias, 20 nov. 2011. Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 20 set. 2017.

NAGHETTINI, A. L.; LOPES, G. Disponível em: <https://theecologist.org/2015/nov/19/tailings-dam-breach-assassination-brazils-fifth-largest-river-basin>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

Desastre em Mariana foi acidente ou crime? Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_ministro_mariana_ms. Acesso em: 12 de nov. de 2015.